



Identidade política e engajamento cívico¹

Fabíola de Paula Liberato²
Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

Resumo

A reconstrução do processo de ação da sociedade civil se mostra necessária para que os parâmetros culturais sejam inseridos de forma visível no âmbito do republicanismo. A conexão que o indivíduo estabelece à determinada classe social ou nacionalidade caracteriza sua identidade social. A codificação/ decodificação da mensagem só consegue causar resultado se passar a ser prática social. A participação na democracia formal e o engajamento cívico da sociedade civil estão em declínio. A idéia de pertencimento democrático é uma questão de identidade cultural, para participar é preciso se sentir membro. Este trabalho teve como objetivo tecer relações entre as temáticas abordadas, evidenciando o fato de a desmotivação política ter origens na fragmentação identitária.

Palavras-chave: apatia política; democracia; identidade; comunicação

Introdução

A democracia no Brasil passou por diferentes momentos que modificou o modo de participação da população na tomada de decisões. No sistema democrático, os cidadãos possuem direitos políticos similares. Apesar da igualdade, é preciso considerar que os direitos de cidadania pautem interesses variados e englobem questões distintas. A cidadania se constrói de forma complexa, se organizando com base em processos sociais diversos que se situem na política. A reconstrução do processo de ação da sociedade civil se mostra necessária para que os parâmetros culturais sejam inseridos de forma visível no âmbito do republicanismo.

As conexões que o indivíduo estabelece à determinada classe social ou nacionalidade caracterizam sua identidade social, determinada por um conjunto de fatores que o identificam e faz com que seja identificado por outros indivíduos em um sistema social. A importância dos processos que tornam os indivíduos parte da sociedade e o modo que os seres humanos

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, espaço e cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Estadual Paulista e bacharel em Relações Públicas pela mesma instituição, email: fabiolaliberato@hotmail.com



criam seus padrões culturais em relação ao interesse público é questão central para os estudos culturais.

Para que haja engajamento cívico habilidades comunicativas devem ser exploradas para que o cidadão possa ter condição de entender a situação política. A codificação/decodificação da mensagem só consegue trazer resultado se passar a ser prática social, se o cidadão que recebe certa mensagem conseguir compreender o que ela sugere. Essa competência se adquire gradualmente, na medida em que ocorre a participação, o cidadão se apropria das habilidades para explorar, distinguir e deliberar as situações políticas.

A perda da troca entre cidadãos, dos debates de interesse público enfraqueceram o papel do Estado como representante do povo, do interesse comum, como mediador de conflitos de classes e provedor de demandas coletivas. A participação na democracia formal e o engajamento cívico da sociedade civil estão em declínio. De uma perspectiva dos estudos culturais a política e as relações de poder pela via da cultura popular são importantes. E nesse sentido, os meios de comunicação se desviam dos ideais do jornalismo ao enfatizar a política como jogo de poder da classe hegemônica, no qual a influência sobre as políticas públicas se restringe a grupos de pressão.

Essa visão sugere exclusão das classes populares no pertencimento a participação política, algo não acessível a maioria das pessoas. Os grupos vêem a política ao acesso somente das elites, acreditam na existência de uma identidade política que discrimina, por isso buscam sua sobrevivência a margem da política por não se verem nela. A idéia de pertencimento democrático é uma questão de identidade cultural, para participar é preciso se sentir membro.

Considerando a fragmentação identitária verificada, surgem, desse modo, objetivos significativos para a investigação científica: tecer relações entre pertencimento democrático e identidade cultural política, demonstrar que a participação política depende da existência de uma identidade que favoreça e ressaltar maneiras de superar a apatia política existente.

Esse estudo inicia-se com a revisão teórica que abarca temáticas de democracia, cultura e identidade, classes populares, engajamento cívico, tarefa de classe e apatia política. Relações são tecidas entre os assuntos abordados, em seguida, considerações finais sintetizam as contribuições oferecidas.

Democracia e democracia de massa



Um regime democrático pode ser caracterizado como aquele em que se tenha “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 2000, p. 30). As decisões tomadas pelos grupos são reflexos de escolhas individuais dos membros de determinado grupo, que passam por um processo pautado em normas que instituem quem toma a decisão e por quais métodos isso se dá, para serem benquistas como decisões grupais.

Dessa forma, para o que haja funcionamento apropriado da democracia, Bobbio (2000), aponta três condições necessárias: conferir a um número elevado de cidadãos (não a todos, os indivíduos passam a exercer o direito do voto a partir de certa idade, determinada de acordo com a constituição do país) a competência de tomar decisões coletivas; apresentar como regra essencial da democracia a norma das decisões coletivas, da maioria; e garantir opções e condições reais de escolha aos chamados a decidir, para que possam optar por uma coisa ou outra.

Os contrastes entre o modelo de democracia ideal e o regime democrático real são apontados por Bobbio (2000) como promessas não cumpridas, o que foi anunciado e o que foi alcançado. A primeira promessa não cumprida foi a idéia de um Estado composto pelo povo e por seus representante, ou seja, um sociedade política ausente de sociedades intermediárias. No entanto, os Estados democráticos são compostos por sociedades pluralistas, com organizações, sindicatos e associações diversas. Desse modo, o protagonista, que no modelo ideal deveria ser o povo, na sociedade democrática real são os indivíduos divididos em grupos oponentes.

A representação de interesses do povo é outra promessa não cumprida. A democracia representativa deveria representar politicamente os interesses coletivos em detrimento de interesses particulares dos representantes no poder. Bobbio (2000) questiona se é possível existir algum critério que diferencie os interesses coletivos e particulares dos grupos, pois os grupos têm a intenção de identificar o interesse nacional como algo importante para o próprio grupo.

O fato das oligarquias ainda permanecerem no poder e não ter sido vencida pelo regime democrático é considerada a terceira promessa não cumprida. As elites no comando não evidenciam as diferenças entre democracia e regimes autocráticos. Quando se tem muitas elites disputando entre si por votos aí se configura um regime democrático, porém, nota-se a presença de poucas e velhas oligarquias no domínio.

“Se a democracia não consegue derrotar por completo o poder oligárquico, é ainda menos capaz de ocupar todos os espaços nos quais se exerce um poder que toma decisões



vinculatórias para um inteiro grupo social” (BOBBIO, 2000, p.40). Outra promessa não cumprida pela democracia real é a ampliação do espaço no qual os cidadãos podem exercer o direito de votar. O desenvolvimento da democracia em um país se relaciona com a ampliação desses espaços.

Como quinta promessa não cumprida pelo regime democrático tem-se a abolição do domínio do poder invisível. A idéia de extinguir esse poder paralelo e evidenciar as ações públicas do governo era um ideal do modelo de democracia. A divulgação das ações dos agentes políticos é necessária para os representados exercerem certo controle dos atos dos representantes.

A educação para cidadania configura-se como a última promessa não cumprida. Discursos sobre democracia reforçam que a educação para exercer a cidadania nasceria na prática democrática, na participação eleitoral dos cidadãos. A falta de interesse político é evidente, a apatia política reforça que os indivíduos não “estão orientados nem para os *outputs* (benefícios que o eleitor espera extrair do sistema político) nem para os *inputs* (eleitores empenhados na articulação das demandas e na formação das decisões)” (Bobbio, 2000, p.45).

O modelo de democracia ideal foi planejado para sociedades menos complexa como a que se tem nos dias atuais. Bobbio (2000) pontua que as promessas não poderiam ser cumpridas, considerando a complexidade da sociedade atual imprevistos apareceram na formação da sociedade, o autor indica três barreiras ao desenvolvimento da democracia ideal.

As sociedades se desenvolveram e progrediram no sentido técnico, e o avanço nas economias que era familiar e passou a ser mercado, aumentou a demanda de competência especializada no governo, fato que não ocorreu. O segundo obstáculo foi o desenvolvimento do poder burocrático como consequência da democratização. As demandas foram surgindo com as diferentes classes que passaram a ter direito a voto e o Estado precisava atendê-las.

A última barreira se relaciona a falta de governabilidade presente no modelo democrático. A ampliação do Estado democrático culminou em uma sociedade civil que se configura como “uma inesgotável fonte de demandas dirigidas ao governo, ficando este, para bem desenvolver sua função, obrigado a dar respostas sempre adequadas” (BOBBIO, 2000, p. 48). No entanto, as respostas não são tão fáceis de serem dadas, devido a demanda e a complexidade da sociedade democrática. Desse modo, opções precisam ser feitas em detrimento de outras e nesse ponto surgem as insatisfações.

A democracia permanece com singularidades que a caracterizam como tal, apesar do não cumprimento de promessas e o aparecimento de barreiras no curso de seu desenvolvimento. Como pontua Bobbio (2000), o teor ínfimo para que o sistema democrático



se realize não desapareceu, há liberdade de expressão, decisões feitas pela maioria, pluralidade de partidos políticos, eleições regulares, etc.

O desenvolvimento da sociedade de massa estabeleceu diversas relações políticas e sociais entre os indivíduos, impondo a ampliação e a regulamentação de direitos além das elites. Como pontua Gentilli (2005), no contexto das transformações da sociedade, a cidadania passou por um processo de alargamento e nos dias de hoje, o homem tem garantido pela Constituição de 1988 e reconhecido socialmente seu direito em participar da vida política do país, de decisões que envolvem o interesse coletivo independente de fatores como classe social; formação e condição de vida.

A idéia de participação de todos os cidadãos é algo recorrente nas sociedades contemporâneas. No entanto, nas sociedades democráticas de massa o desafio político é “ultrapassar as formalidades democráticas, dar-lhes concretude efetiva, não mais apenas manter uma democracia formal, mas produzir uma verdadeira democracia de massas” (GENTILLI, 2005, p.93).

À medida que novos padrões de civilização vão sendo estabelecidos, amplia-se a necessidade de direitos aos indivíduos. Nesse aspecto, como coloca Gentilli (2005), obteve-se no século XX a importância de que se forneça ao cidadão o mínimo de bem estar social que inclui itens considerados básicos como saúde, moradia, educação, segurança, etc. Para que o processo democrático ocorra, o direito à informação torna-se essencial e se apresenta como uma condição para que o cidadão possa participar politicamente.

A falta de informação em determinado processo eleitoral o configura como menos democrático, devido ao fato de o cidadão não ter acesso as informações suficientes para poder escolher de maneira adequada. O direito político a informação é essencial para a que o exercício do voto seja realizado com aptidão. Outras atividades políticas como ações dos agentes políticos, administração pública e discussões em pauta também só tornam-se possíveis de serem conferidas pelos cidadãos se houver informação pública de qualidade.

O conhecimento dos direitos é a premissa para o seu exercício. Para que cada homem possa participar das decisões que lhe interesse e/ou lhe diga respeito em condições de igualdade, é indispensável um sistema de comunicações que ofereça ao conjunto de cidadãos as informações básicas e as alternativas possíveis para que tais decisões sejam tomadas, conscientemente – na medida do possível -, com a possibilidade máxima de acesso à informação (GENTILLI, 2005, p.163).



O direito à informação pública é fundamental para o exercício da cidadania e parte do processo de democracia política. “É um direito que fomenta o exercício da cidadania e permite ao cidadão o acesso e a crítica aos instrumentos necessários ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania” (GENTILLI, 2005, p. 128).

Negociação e crise de identidade

A globalização econômica e as transformações nas nações modernas tornaram os indivíduos pertencentes a uma sociedade com múltiplas identidades e cultura heterogênea. A identidade é alterada “de acordo com as mudanças históricas nas forças produtivas e nas relações conflituosas na produção” (CANCLINI, 2008, p.199) e se estabelecem nos conflitos e nos ambientes onde os indivíduos atuam (empresas, escolas, lojas, etc.)

Em relação aos conflitos e a negociação, Canclini (2008) pondera que os grupos subalternos asseguram sua identidade natural em momentos específicos, no entanto, adquirem novos hábitos provenientes da cultura hegemônica no qual estão inseridos e assim, possuem identidade capaz de absorver novos costumes e somar as novas informações a sua identidade originária.

Os ambientes de negociação foram diminuídos e “o estudo *comunicacional* dos modos como estão se reorganizando as interações através da videopolítica permite perceber as tendências que impedem a negociação” (CANCLINI, 2008, p. 208). Os espaços de interação que obtinham negociações reais foram substituídos pela mídia, deslocando a discussão para locais “distantes” onde os cidadãos não conseguem interagir.

As discussões são negociadas entre os hegemônicos e as decisões são informadas aos cidadãos através dos veículos de comunicação. A intervenção e conseqüente regulação no poder exercido pela mídia de massa pode ser uma alternativa de reestruturação da relação entre Estado e sociedade civil, para que se reconstrua “um multiculturalismo democrático” (p.226).

As classes populares foram se construindo de forma heterogênea, que impediu a singularidade dessa população. Sader e Paoli (1986) ponderam que a falta de unidade fez com que intervenções de indivíduos que não pertenciam a classe popular tomassem frente e organizassem este povo disperso que foi caracterizado negativamente por sua heterogeneidade.



Ocorre a falta de identidade social e política coletiva, falta de consciência de classe que pode ser explicada pelas relações capitalistas que gera uma classe social internamente heterogênea e variada em suas orientações valorativas. Atualmente há uma busca por identidades nacionais locais. Estrutura social brasileira resultou em diferenças que hoje marcam a identidade do país, causando desequilíbrio social. Quem dá identidade ao Brasil são as elites e os meios de comunicação. Nossa cultura serve para que tracemos e retracemos nossas identidades.

Cultura e identidade estão relacionadas e percebe-se nos dias de hoje a necessidade de descobrir identidade para todos os indivíduos e relacionar uma grande gama de acontecimentos a cultura. A questão da perda de força do Estado, a globalização econômica e a transformação das sociedades modernas são ponderadas como crises de identidade.

Identidade se constitui num processo de importar símbolos, está mediada por representações. O indivíduo possui uma só identidade, mas ao mesmo tempo, têm várias identidades dentro da identidade maior. “A identidade existe sempre em relação a outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação” (CUCHE, 1999, p. 183) e pode impor ou assegurar a identidade, que pode ser caracterizada como uma permissão entre a auto-identidade (definida por si mesma) e uma hetero-identidade (definida pelos outros).

A validade da auto-identidade, configurada como positiva, depende da relação estabelecida entre os grupos sociais. Em determinadas situações, como a de dominação, Cuche (1999), pontua que a hetero-identidade pode ter maior legitimidade, ocasionando a identidade negativa que é a identidade rejeitada. Como quando um grupo na sociedade adquire um lugar social admitindo que ser menos que os outros, sente-se envergonhado, rejeitado.

Os grupos sociais possuem identificações distintas que depende da posição ocupada na sociedade, da classificação dada e do poder atribuído aos grupos. Nesse aspecto, a autoridade autêntica tem capacidade para reconhecer a importância dos grupos ou extingui-los. A categorização dos grupos é feita “a partir de características culturais exteriores que são consideradas como sendo consubstanciais a eles e logo, quase imutáveis” (CUCHE, 1999, p.187). A classificação dos grupos como minoria pode ser pautada no argumento da diferença em relação a sociedade, reforçando a identidade do grupo hegemônico como identidade verdadeira.

A modernização dos Estados e a intensificação da ideologia nacionalista (purificação étnica, exclusão das diferenças culturais) tendem a reforçar a identidade coletiva nas



sociedades contemporâneas, ocultando as identidades particulares dos grupos marginalizados, que não são valorizadas pelo Estado. A reação das minorias são as manifestações para tentar estabelecer identidade própria. Deixa-se de confiar no Estado como nação, como protetor da sociedade e surgem os movimentos com identidades diferentes que são reforçados pela mundialização da cultura e diminuição de fronteiras territoriais estimuladas pelo avanço das novas tecnologias.

A convergência tecnológica dos meios de comunicação faz com que a mídia esteja incluída na rotina dos cidadãos de maneira mais intensa. O acesso a internet estimula a ampliação de espaços de discussão sobre assuntos de interesse geral e estabelece nova relação entre cidadãos e políticas. No entanto, é preciso qualificar a comunicação estabelecida para que haja entendimento na recepção da mensagem transmitida.

Circularidade da informação na decodificação das mensagens

O modelo linear de comunicação (emissor-mensagem-receptor) baseado no estímulo/resposta é criticado por Hall (2009) por não considerar a complexidade de fatores externos e por isso mostra-se incapaz de solucionar a falta de compreensão na recepção. Dessa forma, é proposto pelo autor que a análise dos processos comunicativos seja feita como processos produtivos de Marx.

A idéia é avaliar a mensagem como um produto, que só será consumida se tiver sentido. Nessa perspectiva, a codificação/decodificação passa por cinco momentos, o primeiro deles é a mensagem (produto); depois vem o discurso que circula e distribui a mensagem, o quarto momento é o consumo da mensagem e o último a reprodução da mensagem que ocorre a partir da atribuição de valor social.

A comunicação que se institui por meio da linguagem tem a recepção como o momento onde a mensagem é consumida de forma ativa pelos receptores que podem também ser vistos como produtores. O não entendimento das mensagens ocorre quando não há correspondência entre os códigos utilizados pelo emissor e o receptor, “se nenhum “sentido” é apreendido, não pode haver “consumo”. Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito (HALL, 2009, p.366, grifos do autor).

O signo lingüístico é complexo e nesse sentido, o autor propõe uma discussão em torno dos aspectos conotativos e denotativos dos signos. O nível denotativo possui menor abrangência que o sentido conotativo por ser resultado da relação entre significante e

significado. A conotação remete ao acréscimo de diferentes significados paralelo ao significado base de determinada palavra.

Dessa forma, o nível de conotação do signo estabelece relações mais amplas e por isso se relaciona com a cultura e o conhecimento de maneira mais próxima. O sentido conotativo difere de acordo com a cultura, a classe social, com o momento histórico, etc. As práticas sociais como produção de sentido, têm um significado distinto para cada indivíduo.

Códigos dessa ordem claramente estabelecem relações para o signo com o universo mais amplo das ideologias em uma sociedade. Esses códigos são os meios pelos quais o poder e a ideologia são levados a significar em discursos específicos. Eles remetem os signos aos “mapas de sentido” dentro dos quais qualquer cultura é classificada; e esses “mapas da realidade social” contêm “inscritos” toda uma série de significados sociais, práticas e usos, poder e interesse (HALL, 2009, p.373, grifos do autor).

Hall (2009) identifica três posições que podem ser utilizadas na construção de um discurso televisivo, ou seja, três maneiras de decodificar mensagens. A primeira delas é a hegemônica dominante que ocorre quando o telespectador se adéqua integralmente ao sentido conotado de determinado programa, decodificando a mensagem conforme ela foi codificada.

Os chamados códigos profissionais são criticados pelo autor por não serem claramente hegemônicos, mas utilizarem desse disfarce para se refletir a posição hegemônica dominante. Com a prática do código profissional “conflitos, contradições e até mesmo mal-entendidos surgem regularmente entre as significações profissionais e dominantes e seus agenciamentos significativos” (HALL, 2009, p.378).

O segundo modo de codificação é o negociado que admite a existência da posição hegemônica dominante, no entanto, o indivíduo decodifica com base em suas próprias regras a ideologia dominante, não aceita todas as informações dadas pelo emissor. Trata-se de um misto de adequação, uma negociação corporativa entre o que se acredita e o que é tido como dominante. “Essa versão negociada da ideologia dominante está, portanto, atravessada por contradições, apesar de que isso só se torna visível em algumas ocasiões” (HALL, 2009, p. 379), muitas falhas do processo comunicativo surgem dessas contradições.

Por meio de um código de oposição o receptor decodifica a mensagem conotativa de maneira contrária, não interpretando a mensagem como da maneira dominante e nem negociada, ou seja, o indivíduo desconstrói a mensagem para então reconstruí-la através de um referencial diferente. “Esse é o caso do telespectador ouve um debate sobre a necessidade



de limitar os salários, mas “lê” cada menção ao “interesse nacional” como “interesse de classe” (HALL, 2009, p.379, grifo do autor). As falhas do processo de comunicação ocasionam a falta de entendimento que pode alargar a distancia entre esfera pública e privada, reforçando a apatia política.

Desconexão política e interação entre público e privado

A apatia política tornou-se um assunto discutido em âmbito global. Dalgren (2006) pontua que para que sejam formuladas perspectivas positivas que revertam esse cenário é preciso, no entanto, que ocorra uma mudança cultural que se direcione ao significado, a comunicação e a identidade.

Cidadania pode ser classificada considerando três vertentes baseadas na teoria política: liberalismo, comunitarismo e republicanismo. Com a globalização, Dalgren (2006), acrescenta a vertente cosmopolita e cidadania pós-nacional. O republicanismo reconhece elementos da tradição liberal como ênfase nos direitos dos indivíduos e do comunitarismo ao pensar que os deveres cívicos devam ser elaborados pela coletividade, reforçando a idéia de cidadania como modo de ação social considerando a pluralidade de interesses.

Para o republicanismo, o modelo democrático demanda equidades cívicas de seus cidadãos e o cultivo dessas virtudes transforma os indivíduos em cidadãos melhores, que passam a desenvolverem habilidades cidadãs. No republicanismo encontra-se também a democracia radical que acentua a centralidade da diferença e da heterogeneidade, desenvolve a idéia de que o cidadão pode ter diferentes posições políticas em detrimento de identidades múltiplas que são construídas por vinculações a grupos distintos.

A democracia radical assegura a diferença e nesse aspecto, o conceito de cidadania integrada precisa respeitar a diversidade do mesmo modo que deve ser óbvia a defesa da justiça, pluralidade e igualdade entre os cidadãos. Dalgren (2006) pondera que nessa perspectiva de democracia radical republicana que a relação com os estudos culturais se torna manifesta.

De acordo com Dalgren (2006), de modo geral a sociedade civil acredita que uma democracia benéfica precise de domínio e de interação associativa que auxilie no desenvolvimento social, na moldagem das identidades dos cidadãos e na geração de valores apropriados a democracia. Nesse aspecto, observa-se que a falta de interação entre os cidadãos nos assuntos públicos se relaciona com o capital social.



As trocas sociais entre os envolvidos em comunidades, a participação e o compartilhamento de opiniões, valores e confiabilidade entre os indivíduos traz oportunidades de aprimoramento dos grupos perante as instituições democráticas. Gomes (2008) pontua que capital social “refere-se a alguns aspectos da organização social que facilitam a coordenação e a cooperação dos indivíduos, proporcionando-lhes, em razão disso, benefícios mútuos” (p. 223).

O capital social origina-se da relação dos indivíduos com a democracia e é relacionado à participação política, mas Putnam (1995) salienta que não é toda e qualquer participação que pode ser vinculada ao capital social, mas sim aquelas que envolvem confiança, relações sociais e benefícios a sociedade. Deste modo, Gomes (2008) aponta que “conhecimento, informação e interesse políticos não são diretamente formas de participação, mas sim, pré-condições fundamentais para tanto” (p. 232).

A confiança entre os envolvidos é fundamental na manutenção do capital social que pode ser estimulada a partir de regras gerais para que ocorra a interação entre os indivíduos, grupos e comunidades. Dessa forma, o capital social pode ser considerado algo que todos podem usufruir e se beneficiar, no entanto, para que os grupos possam aproveitar, é preciso investimento de todos os envolvidos. É como um lubrificante das relações sociais que ocorrem no âmbito político.

No modelo idealizado de esfera pública de Habermas (1984) esta é considerada como sendo os lugares onde ocorrem debates sobre questões de interesse geral, ambiente onde incide a argumentação, exposição de idéias e formação de apreciações. Esses espaços podem ser arenas políticas formais e organizadas previamente, ou informais. A interação ocorre a partir do convívio entre as pessoas que se comunicam. Nessa dimensão, predomina a ação comunicativa, uma interação mediada por símbolos, que se norteia através de normas de conduta que pautam os comportamentos e que precisam ser identificadas necessariamente por dois sujeitos capazes de se comunicarem e agirem.

Habermas (1984) idealizou uma esfera pública antes da transformação estrutural do jornalismo. Essa esfera pública original se modificou a partir do momento em que os interesses comerciais passaram a prevalecer nos jornais e a publicidade passou a distorcer a real intenção dos setores. Antes, os jornais eram autênticos defensores de posições de determinado setor, o capitalismo foi se desenvolvendo e outros interesses entraram na arena de decisão. A divergência de interesses afetou os jornais que passaram a vender anúncios de interesses opostos aos que defendiam, deixando de ser autêntico.



A esfera pública modificada estruturalmente está densamente relacionada a esfera privada, o desenvolvimento de habilidades cívicas empregadas no espaço público tem origens na esfera privada. As atividades privadas vistas sob a ótica da prática cultural, podem ter conseqüências para a esfera pública.

Dalgren (2006) faz ponderações a cerca da esfera pública interativa que se constitui através da participação dos cidadãos. Essa interatividade se baseia na racionalidade comunicativa de Habermas e no modelo de democracia deliberativa. Em situações divergentes a interação cívica é expressiva, de maneira que os envolvidos podem chegar a soluções aceitáveis através do debate público para chegar ao consenso.

A retomada de uma racionalidade comunicativa, que deve considerar as condições que validam um ato comunicacional, em âmbitos públicos de decisão, repercutiria em entendimento mútuo. Cabe ressaltar que sendo a linguagem inerente ao homem, é através dela que o sujeito torna-se apto a comunicar opiniões, desejos e expectativas, sendo, portanto, a linguagem responsável pelo entendimento mútuo e o diálogo, que garante ao homem a possibilidade de resgatar o papel de sujeito (HABERMAS, 1984).

O exercício da democracia deliberativa na era midiática requer algumas inovações no tipo de debate, novas formas de enquadrar a realidade social que suscitem novas questões e estratégias para enfrentar o problema do poder discursivo. Muitos cidadãos não desenvolvem seus próprios argumentos na maioria das questões debatidas, apenas repetem o que ouviram na mídia.

Nesse aspecto, Dalgren (2006) sugere que a participação cívica deve se engajar em uma variedade de práticas além da deliberação formal. Para os estudos culturais o campo de debate cívico, o ambiente, o contexto em que se realiza e de que modo mobiliza identidades e vínculos com questões políticas seria um fértil terreno de estudo para aprimorar a democracia deliberativa.

Conclusão

É preciso compreender a esfera pública vinculada a esfera privada, esclarecer a dinâmica existente entre ambos, para poder compreender as origens das habilidades cívicas dos cidadãos que são adquiridas da interação entre público e privado. A racionalidade comunicativa pode ser vista como uma possibilidade de mudança frente aos problemas encontrados na modernidade, o resgate à autonomia do indivíduo.

É importante tornar comum a idéia da construção do sentimento de significado e pertencimento a política nacional a partir da expectativa da constituição da identidade e



relações de poder em um sentido mais amplo, que englobe o ser cidadão. A cidadania será fortalecida se pensada, sob a ótica dos estudos culturais, em termos de prática cotidiana, de engajamento e competência cívica. A interação entre público e privado se mostra fundamental na formação de habilidades cívicas (HERMES E DALGREN, 2006; MCLAREN E JARAMILLO, 2006).

Nesse ponto de vista, os estudos culturais podem auxiliar no fortalecimento da participação política. Para compreender a democracia contemporânea e a política é necessário qualificar as noções de cidadania e engajamento cívico. Novas bases precisam ser desenvolvidas a partir da perspectiva dos estudos culturais.

Os processos de comunicação não são processos lineares e o receptor decodifica a mensagem recebida de acordo com sua referência, desse modo, as mensagens tem sentidos diferentes. Nessa perspectiva, a realidade dos problemas ocorrentes na política brasileira pode ser compreendida pela crítica, no sentido de transformar as relações cidadãos entre público e privado e a representação de interesses de classes.

Desmotivação política vem da característica da identidade cultural percebida como a política feita para os brancos e ricos. Não se percebe que se pode transformar a sociedade pela política. É preciso valorizar as discussões políticas nos ambientes comuns, nas escolas, na família para que dessa forma através da cultura se reconstrua o cidadão político.

Para que as funções básicas do Estado sejam revigoradas é necessário garantir que o interesse dos cidadãos seja atendido. A revitalização do quadro de falta de identificação com o Estado está na sociedade civil que precisa passar a existir de forma mais incisiva como comunidades políticas nacionais.

A relação entre políticos e cidadãos deve ser construída de maneira que ressalte os interesses públicos de modo que a participação política não se relacione a realização de objetivos particulares pelos agentes políticos. De acordo com Reis (2010), a participação política relacionada a objetivos particulares reforça a idéia de políticos aproveitadores e se vincula aos problemas de identidade nacional. A especificidade das desigualdades social, econômica e política brasileira, perpetuam as diferenças e a falta de identidade na esfera política.

Fortalecer os valores comuns e o envolvimento dos cidadãos na construção de valores coletivos se mostra como alternativa plausível para que aumente a identificação dos cidadãos com a política, bem como a participação. Expandir o alcance do significado de república (res pública, de pertencimento do povo) no Brasil pode confrontar a visão negativa que se tem de política e da dimensão pública e a partir de então, construir identidade política nacional.



Referências

- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Tradução Maurício Santana Dias. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- DALGREN, P. *Doing citizenship: The cultural origins of civic agency in the public sphere*. *European Journal of Cultural Studies*, 2006; 9; 267.
- GENTILLI, V. *Democracia de Massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- GOMES, W. *Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam*. In: GOMES, W. ; MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008.
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, S. *Codificação/Decodificação*. In: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- HERMES, J. and DALGREN, P. *Cultural Studies and Citizenships*. *European Journal of Cultural Studies*, 2006; 9; 259.
- MCLAREN, P. and JARAMILLO, N. E. *Critical Pedagogy, Latino/a Education, and the Politics of Class Struggle*. *Critical Methodologies* 2006; 6; 73.
- PUTNAM, R. *Bowling alone: america's declining social capital*. *Journal of Democracy*, v. 6, n 1, 1995.
- REIS, F. V. *Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros*. *Novos estudos CEBRAP*, 87, julho 2010; 61-75.
- SADER, E; PAOLI, M. C. *Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro*. In: CARDODO, R. (org). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.39-67.